

VIOLÊNCIA E FATORES CONTEXTUAIS DE CRIMES CONTRA POLICIAIS MILITARES

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: O foco deste estudo é examinar a vitimização vivenciada por policiais militares que enfrentam diversos riscos, bem como os fatores que contribuem para a violência contra indivíduos nesta profissão. É fundamental analisar as características específicas deste tipo de violência e os fatores contextuais que tornam estes agentes vulneráveis. Para atingir esse objetivo, a pesquisa adotou uma abordagem exploratória, realizando uma revisão minuciosa da literatura relevante e de fontes documentais. A compreensão dos fatores que induzem a relevância é enfatizada pela natureza qualitativa do estudo. Observou-se que policiais militares podem se tornar alvos de crimes violentos. Para reduzir a probabilidade de vitimização, são necessárias medidas proativas, tais como identificação, avaliação e intervenção atempada, para prevenir atos fatais de violência contra estes agentes da lei.

Palavras-chave: Violência. Policiais militares. Fatores de risco.

1 INTRODUÇÃO

O Estado tem a responsabilidade de garantir a segurança pública, que é um direito fundamental de todos os indivíduos. A salvaguarda da ordem pública e a proteção do bem-estar dos cidadãos são confiadas principalmente ao policial militar, que desempenha um papel fundamental nessa empreitada. Com o maior número de efetivos, a Polícia Militar assume a liderança no cumprimento dessas responsabilidades cruciais.

Fica evidente pelas operações em andamento em todos os estados do país que há um maior índice de vitimização dentro da Polícia Militar em comparação com a Polícia Civil (MARTINS, 2020). Além disso, observou-se que a taxa de mortalidade entre os policiais militares é significativamente superior à dos civis que servem, enfatizando ainda mais os níveis alarmantes de vitimização vivenciados pelos agentes de segurança pública. Juntamente com a Polícia Militar, todas as outras forças de segurança também são afetadas por esta questão.

A segurança pública muitas vezes enfrenta as adversidades com resiliência e perseverança, e eficiência, coragem, retidão e probidade são qualidades essenciais que um policial deve possuir, tornando esta profissão altamente complexa. A natureza generalizada

¹Policial militar na PMPR.

do crime na sociedade e os fatores multifacetados que contribuem para a situação de segurança pública do país resulta em diversas consequências.

A figura do policial, que está constantemente exposto a diversos desafios, também passa a ser alvo dessas críticas; seja em serviço ou fora de serviço, ele enfrenta consistentemente o perigo nas situações mais críticas como parte de seu trabalho diário. Portanto, é imperativo que o agente de segurança pública receba todas as medidas de precaução concebíveis; é essencial tomar medidas proativas para prevenir e minimizar os riscos.

De acordo com o ordenamento jurídico, o papel da Polícia Militar envolve a adesão a regulamentações específicas que exigem que ela tome medidas ao se deparar com alguma atividade ilegal (NUCCI, 2016).

O objetivo deste estudo é examinar alguns fatores do cotidiano dos policiais militares que poderiam potencialmente impactar a prevenção ou mitigação dos danos a eles causados. Isto ocorre porque atos de violência, premeditados ou antecipados, são perpetrados contra agentes responsáveis pela aplicação da lei por vários motivos.

2 METODOLOGIA

2692

Com o objetivo de identificar pesquisas e conceitos relacionados à atividade policial militar, vitimização policial militar, agentes de segurança pública no Brasil e risco no trabalho da segurança pública, o presente estudo utilizou como ferramenta de pesquisa uma revisão bibliográfica, utilizando análise documental sugerida por Lakatos e Marconi (2003).

3 ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

Os militares do Estado, especificamente os policiais militares, possuem direitos e responsabilidades distintas que os diferenciam dos demais servidores públicos. É importante notar que os princípios do direito administrativo também se aplicam a estes indivíduos, moldando assim as suas obrigações.

A aplicação da autoridade administrativa também fica evidente no Código Penal Militar, especificamente no Decreto-Lei nº 1.001 (Brasil, 1969). Nesse código, a investidura militar é descrita em dois termos: “serviço” ou “devido à função”:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz: [...] c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;

Os funcionários públicos têm a responsabilidade de cumprir os seus deveres para a melhoria da comunidade e de garantir a máxima eficiência na realização do bem comum na sociedade. É por isso que essas funções não podem ser dispensadas e devem ser desempenhadas por quem ocupa esses cargos. A responsabilidade da Atividade Policial Militar é manter a ordem pública por meio de ações que priorizem a segurança da sociedade, dever que lhes é consistentemente atribuído sempre que houver uma potencial necessidade, conforme ilustrado por Nucci (2016).

Conferiu a lei a possibilidade de que qualquer pessoa do povo – inclusive a vítima do crime – prenda aquele que for encontrado em flagrante delito (conceituando-o no art. 302), num autêntico exercício de cidadania, em nome do cumprimento das leis do País. Quanto às autoridades policiais e seus agentes (Polícia Militar ou Civil), impôs o dever de efetivá-la, sob pena de responder criminal e funcionalmente pelo seu descaso. E deve fazê-lo durante as 24 horas do dia, quando possível.

Rodrigo Foureaux (2020) demonstra de forma semelhante que a expectativa de que policiais e bombeiros estejam disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, mesmo quando não estão oficialmente em serviço, está diretamente ligada ao compromisso que assumem ao ingressar na instituição e concluir sua formação. Este compromisso está enraizado no seu dever de servir e proteger a sociedade, na medida em que os policiais estão autorizados a portar arma mesmo fora de serviço, servindo a uma finalidade específica.

2693

O objetivo principal é permitir a prática da autodefesa e, se necessário, tomar medidas proativas. Esta profissão não é adequada para todos. Requer vocação e vontade de servir a sociedade a qualquer momento, sem hesitação.

Em qualquer situação que envolva um perigo potencial, o policial está constantemente exposto a riscos, de magnitude variável, mas sempre presentes. Ao se deparar com um incidente, o policial militar é obrigado a intervir, se for viável, a fim de garantir a preservação da segurança.

Segundo Foureaux (2020), os direitos dos policiais militares vão além do horário de trabalho. Independentemente de estarem uniformizados ou não, caso presenciem um crime, são obrigados a intervir devido ao seu papel, conforme afirma Oliveira (2016). Esta obrigação aplica-se mesmo que estejam a caminho de casa. Nessas situações, têm autoridade para se identificarem como agentes da polícia e efectuarem uma detenção imediata, a fim de manter a ordem pública.

Também é permitido utilizar arma de fogo com a intenção de proteger a vida de outra pessoa.

4 A VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Embora existam estudos sobre a vitimização policial, a literatura disponível sobre este tema é limitada. Realizar uma análise de risco nos casos em que policiais militares se tornam vítimas devido ao seu papel é uma tarefa essencial, e pode-se deduzir que ele realiza essas ações, seja no serviço ou nas horas vagas.

A análise de cada caso pode ser complexa e desafiadora, muitas vezes atribuída à escassez de dados ou a outros fatores complicadores. A ocorrência de incidentes fatais dentro da instituição causou uma perturbação significativa. Várias atividades criminosas, incluindo homicídios e roubos, são meticulosamente documentadas e categorizadas para fins de manutenção de registros. Durante as investigações, podem surgir motivações específicas e estes casos são tratados em conformidade.

Segundo Fernandes (2016), a tipicidade genérica é um conceito do direito penal. Assim, surgem vários cenários em que funcionários públicos estão envolvidos nas operações das forças. Num esforço para obter informações sobre a ocorrência de crimes, são estudados os agentes de segurança que foram vítimas de atos criminosos.

Os agentes de segurança pública têm direito à integridade física, moral e mental. Minayo afirma que os profissionais têm a garantia de exercer a profissão prevista na Constituição. É fundamental examinar as motivações de um policial vítima de homicídio, pois podem diferir das motivações de outras vítimas em todo o país (ADORNO, 2013).

No Brasil, a profissão de policial apresenta um risco significativo de ser vítima de atos de violência. A identificação dos policiais militares, mesmo quando estão de folga, é facilmente discernível devido a alguns fatores, como por exemplo, conjunto de atributos distintos, incluindo traje, comportamento social, idade e aparência física.

Segundo Martins (2016), argumenta-se que estes agentes podem ser considerados vítimas neste contexto particular. Uma vez que os indivíduos são reconhecidos por outros, infelizmente tornam-se suscetíveis de serem alvo de atividades criminosas.

Os resultados da investigação de vários autores concordam que os agentes de segurança pública desempenham um papel crucial. Segundo Duarte (2019) e Sales, os indivíduos tendem a vivenciar maior índice de vitimização por crimes violentos nas horas de lazer. Segundo Lima e Martins (2021), uma maioria significativa dos profissionais de saúde, concretamente 70% concorda com esta constatação.

No Brasil, em 2013 e 2014, morreram 408 e 398 policiais militares, respectivamente, os quais se encontravam, na maioria, “de folga”, o que é denominado por estudiosos no assunto como mortes identificadas em função da natureza do trabalho policial, mesmo que fora dos horários de serviço, ou seja, estavam no período de folga, mas que seriam decorrentes da natureza do trabalho que exercem por serem agentes de segurança pública.

Autores como Minayo (2013) e Fernandes (2016) defendem que além dos fatores explorados nos subcapítulos anteriores, há outros que intensificam essa problemática, como aspectos denominados “contextuais”, que se engendram nas redes de relacionamentos, onde os policiais convivem, seja formalmente, quando estão em sua atuação profissional (em uma ação legal ou ilegal), seja na informalidade no seu círculo familiar e de amigos, mas também quando age como segurança privada, em face de sua expertise como profissional de segurança.

A concepção de entendimento e/ou de definição teórico conceitual da linha tênue entre “estar de serviço” e “estar de folga” pode ser uma das chaves para se compreender uma das principais causas da vitimação policial no Brasil e, conseqüentemente, uma possibilidade e alternativa de construção também teórico-conceitual, institucional e governamental para enfrentamento e minimização da violência praticada contra profissionais de segurança pública.

2695

4.1 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DOS CRIMES CONTRA POLICIAIS

Uma análise detalhada dos episódios que ameaçam o bem-estar físico ou psicológico dos profissionais de segurança pública, ou mesmo resultam em conseqüências fatais, é necessária para obter uma compreensão mais profunda dos aspectos perigosos que enfrentam no desempenho das suas funções.

Poderíamos potencialmente interpretar a frase “devido à função” como um reconhecimento de duas circunstâncias distintas. O cenário inicial envolve a infeliz vitimização do profissional de segurança pública durante o desempenho rotineiro de suas funções. Normalmente, isso ocorre por estar “em serviço” ou, sob outro ponto de vista, como resultado do cumprimento de uma função específica.

A principal característica desta profissão é a ligação entre a motivação e os indivíduos que se tornam vítimas. Em essência, é uma categoria intimamente relacionada que decorre das conseqüências de pertencer a um órgão policial. O objetivo principal deste estudo é

identificar estratégias potenciais para reduzir os riscos associados a crimes violentos que ocorrem fora do horário oficial de trabalho.

Conseqüentemente, a investigação centra-se em incidentes que envolvem um motivo para planejar, ameaçar ou atacar pessoal responsável pela aplicação da lei no ativo ou fora de serviço. Estes acontecimentos podem ser instigados ou provocados pelas próprias vítimas, muitas vezes no contexto de relações românticas, alterações, disputas, ligações a organizações criminosas ou casos de má conduta policial.

Para utilizar eficazmente a Gestão do Conhecimento, as unidades policiais que se deparam com casos de ameaças são obrigadas a trocar informações através de um canal de comunicação especializado. Para obter resultados ótimos, é imperativo que uma divisão designada dentro do departamento de polícia examine minuciosamente todos os dados relativos aos casos ativos e passados. A eficácia do resultado final depende directamente da capacidade de facilitar a partilha contínua de informações, analisar meticulosamente os dados e fornecer orientação atempada. Exemplos de ameaças, lesões e mortes podem ser atribuídos tanto a situações de “serviço” como às que surgem como resultado do desempenho das funções.

2696

4.2 FATORES DE VULNERABILIDADES

A natureza do trabalho é complexa e abrange uma ampla gama de vulnerabilidades. Essas circunstâncias colocam os policiais militares em risco, o que pode incluir condições de trabalho desafiadoras, equipamento insuficiente, armamento de baixa qualidade e treinamento inadequado. Exemplos de situações de alto risco incluem conflitos fora do horário de trabalho e o potencial de ameaças do crime organizado.

A investigação de Fitzgibbon (1987) sobre militares, que se alinha com o contexto atual, centra-se na vitimologia primária deste tema. O estudo destaca a correlação entre taxas de mortalidade e fatores como níveis educacionais e socioeconômicos das vítimas.

Num esforço para determinar os fatores que contribuem para a vitimização entre os profissionais de segurança pública, um estudo examinou a relação entre o tempo de serviço e as taxas de incidência. Segundo Minayo, Souza e Constantino (2007), os autores afirmam que os policiais militares com menor tempo de serviço sofreriam a maior incidência, contrastando com seus pares na força policial. Descobriu-se que os indivíduos militares que serviram durante menos de uma década têm uma probabilidade 2,4 vezes maior de se tornarem vítimas em comparação com os seus homólogos mais experientes. Ao contrário,

são os profissionais experientes dentro da corporação que enfrentariam maiores riscos, pois possuem maior número de casos com 20 a 25 anos de serviço, em comparação com aqueles na faixa de 5 a 10 anos, conforme afirma Duarte (2019)

Alves Filho (2019) compartilha ponto de vista semelhante. De acordo com pesquisa realizada pela Polícia Militar do Paraná, foi constatado que indivíduos entre 26 e 30 anos estavam dentro da faixa etária.

O processo de envelhecimento muitas vezes leva os indivíduos a tornarem-se mais vulneráveis e suscetíveis à vitimização. Ao examinar as hierarquias dentro da Polícia Militar, descobriu-se que os soldados sofreram vitimização em impressionantes 82% de todos os cargos e patentes. Surpreendentemente, quando se trata de casos fatais, a taxa de vitimização entre os soldados da Corporação Militar atingiu impressionantes 97% (ALVES FILHO, 2019).

Duarte (2019) aponta outros elementos únicos na vitimologia que se desviam da norma, incluindo a oferta contínua de treino de sobrevivência policial para operações táticas. Esta abordagem visa mitigar os riscos potenciais associados a incidentes repentinos que exigem respostas rápidas. Em relação ao assunto anterior, existe uma gama de armamentos e equipamentos que vale a pena mencionar.

2697

No Brasil, é costume os policiais militares usarem coletes balísticos como meio de proteção individual. No entanto, é crucial utilizar este equipamento mesmo fora do horário de trabalho e durante viagens, se houver uma ameaça conhecida. Adicionalmente, é aconselhada a utilização de veículos blindados quando a análise de riscos potenciais considerar necessária.

Os autores Fernandes (2016) e Bomfim (2020) sugerem que, embora exista uma crença predominante na necessidade de porte de arma de fogo para proteção pessoal quando não estiver em serviço, é importante reconhecer as potenciais desvantagens. As armas de fogo, embora vistas como meio de autodefesa, podem, infelizmente, tornar-se bens cobiçados pelos criminosos, como destacam esses autores.

Segundo Rocha (2018), a insuficiência de treinamento adequado para o porte de armas de fogo fora do serviço é uma questão predominante. Dambros e Silva (2016) afirmam ainda que a Polícia Militar do Paraná tem feito avanços na minimização da vitimização por meio de investimentos em treinamento, armamento e equipamentos.

Segundo Bomfim (2020), a maioria dos incidentes ocorre em vias públicas. Como resultado, é crucial ter extrema cautela durante a viagem e tomar medidas adequadas face a

potenciais ameaças. Uma dessas medidas é limitar as viagens apenas ao que é absolutamente necessário. Por exemplo, com o aumento das compras online, agora é possível satisfazer as nossas necessidades de compras através da Internet. Além disso, é aconselhável variar os trajetos e viagens em horários diferentes e, se possível, solicitar escolta policial. Além disso, é prudente evitar estradas conhecidas por congestionamentos frequentes e consultar websites e aplicações de mobilidade antes de embarcar em qualquer viagem.

A procura da segurança contrasta diretamente com a procura da liberdade individual, uma vez que níveis elevados de proteção conduzem inevitavelmente a uma diminuição da facilidade e familiaridade da vida cotidiana. É sabido que áreas de particular sensibilidade são muitas vezes os mesmos locais que os policiais militares optam por frequentar em suas horas de lazer. Uma parcela significativa das fatalidades entre profissionais de segurança pública ocorreu em estabelecimentos como empresas, bares e discotecas.

Colzani (2016) enfatiza a necessidade de avaliar a nossa conduta social e fazer os ajustes necessários se reconhecermos que estes comportamentos colocam em risco a nossa própria segurança e a dos nossos entes queridos. O consumo de álcool pode contribuir para a amplificação deste efeito, que pode potencialmente decorrer de diversas questões.

Entre a série de questões jurídicas que surgem, incluindo conflitos conjugais, negociações de dívidas, disputas de chantagem e até incidentes mundanos de exposição pública em diversos contextos sociais, existe uma vasta gama de casos que envolvem indivíduos de diversas origens.

2698

Conforme afirma Alves Filho (2019), o ambiente urbano é onde ocorre a maioria das mortes de policiais militares, necessitando, portanto, de movimentação limitada nessas áreas diante do perigo. Para compreender a resposta dos profissionais de segurança pública quando confrontados com crimes em curso, é imperativo examinar casos individuais. A psicologia do policial ao se deparar com um incidente gera um ethos reacionário, como afirmam Lima e Martins (2021). Acima de tudo, a capacidade de analisar e reagir em questão de segundos durante momentos críticos é fundamental.

Segundo Araújo (2017), não é uma vergonha para um operador optar por não responder a uma situação violenta se não se sentir seguro o suficiente para combatê-la. O aspecto crucial é que o policial saia ileso da situação, empregando estratégias eficazes para garantir o sucesso.

As redes sociais servem ainda como outro exemplo, pois fornecem uma plataforma para a exposição de informações valiosas. Nossas rotinas, preferências pessoais,

relacionamentos e os ambientes que frequentamos desempenham um papel significativo na formação de nossas vidas, refere-se a um conjunto completo denominado engenharia social, uma ferramenta versátil que pode ser empregada para diversos fins.

Para garantir a segurança dos policiais militares que recebem ameaças e são considerados necessitados de intervenção, é imprescindível que lhes sejam atribuídas tarefas ou transferidos para cargos onde possam trabalhar ao lado de um maior número de colegas. É crucial que não trabalhem sozinhos em locais como esquadras de polícia, salas de tratamento ou carros. Quando possível, é recomendado que optem por trabalhar em ambientes que ofereçam superioridade numérica. Ao longo de todo o turno de trabalho, é fundamental garantir a presença de vários colegas uniformizados (ARAÚJO, 2017).

Para melhorar a segurança do pessoal de segurança pública (BRASIL, 2021), é imperativo que as instalações físicas de trabalho implementem medidas que reforcem a segurança orgânica. Isto inclui a instalação de barreiras físicas de parede, a colocação de sinais de alerta, a implementação de redutores de velocidade, a utilização de sensores de presença e a incorporação de sistemas de alarme em quartéis ou postos policiais, e os edifícios devem ter lugares de estacionamento adequados.

Para garantir a máxima segurança e proteção, é imperativo implementar restrições de acesso, aderir a padrões rigorosos, empregar métodos de identificação fiáveis, obter as credenciações necessárias e realizar testes regulares de segurança e intrusão. Além disso, é crucial estabelecer um sistema de câmeras operacional e altamente eficaz que cubra o perímetro mais amplo possível de todas as áreas e instalações.

Para garantir a salvaguarda dos ativos, é imperativo que cada instituição estabeleça uma equipa dedicada e implemente protocolos de ação em resposta a ameaças e à descoberta de vulnerabilidades. Para proteger eficazmente as pessoas em risco, é necessário realizar regularmente relatórios de análise de risco ou sempre que novos dados sejam descobertos. Os fatores individuais de stress, sono e descanso estão intimamente ligados ao ambiente de trabalho e podem ter um impacto significativo na capacidade de responder eficazmente a uma ameaça violenta. Segundo Minayo, Souza e Constantino (2007), policiais militares que realizam atividades adicionais sem descanso adequado enfrentam um aumento de cinco vezes nos riscos que enfrentam. Segundo Colzani (2016), o foco está na antecipação dos problemas e no estabelecimento de uma hierarquia de prioridades que corresponda ao comportamento individual, com as mais importantes listadas no topo.

Segundo Ferreira, Cabelho e Filho (2020), é amplamente reconhecido que os policiais podem garantir sua segurança pessoal, dentro e fora de serviço, principalmente por meio da implementação de medidas preventivas, responsáveis por 90% do resultado geral, com reação e sorte contribuindo com apenas 5% cada. A prevenção é alcançada através da realização de investigação, da oferta de educação e formação, do estabelecimento de normas e da implementação de medidas eficazes.

O foco aqui é fazer correções de atitude e implementar medidas preventivas para garantir a segurança e o bem-estar dos policiais militares que são particularmente vulneráveis à vitimização. Para ilustrar isso, podemos observar o sucesso da implementação do curso de Autoproteção na Polícia Militar do Pará, conforme mencionado no estudo de Fernandes (2020). Este curso serve como um excelente exemplo de como grupos específicos dentro da Polícia Militar podem ser protegidos por meio de medidas e ações proativas que dificultem a ocorrência de vitimização.

Sem dúvida, é essencial que a equipe de trabalho de análise de riscos gere relatórios consistentemente para cada caso após a avaliação dos riscos. Esses relatórios visam identificar as vulnerabilidades mais significativas, permitindo ao gestor sugerir ações preventivas e mitigadoras.

2700

A modificação dos métodos de prevenção deve ser realizada por indivíduos com interesse em melhorar as medidas de segurança, mas é crucial evitar a seleção aleatória, pois isso se revelaria um erro significativo. É importante reconhecer que a eficácia do sistema de proteção de um profissional de segurança pública é apenas tão forte quanto o seu ponto mais fraco em qualquer situação.

CONCLUSÃO

O impacto da violência examinada neste estudo é significativo e exponencial, pois não afeta apenas a sociedade, mas também os indivíduos que possuem as competências e formação necessárias para proteger e zelar pela população. Em todo o país, numerosos policiais militares perderam tragicamente a vida enquanto cumpriam diligentemente seus deveres.

Face ao tempo, a investigação deve identificar estratégias potenciais para minimizar a vitimização dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, que são visados apenas devido à natureza das suas funções. O processo de gestão de riscos envolve várias etapas como

identificação, análise, avaliação e tratamento, componentes essenciais. O processo de monitorização e mitigação é essencial para gerir e resolver potenciais problemas.

Ao se engajar no processo de leitura e revisão, torna-se viável o aprimoramento do tema, principalmente aprofundando cada fator que influencia o risco da atuação da Polícia Militar. As restrições do estudo foram devidamente confirmadas, permanecendo por verificar alguns aspectos técnicos devido a limitações de acesso ou ao sigilo interno das instituições. No entanto, o estudo baseou-se principalmente em fontes confiáveis. Embora exista um risco inerente em lidar com a imprevisibilidade, existem formas potenciais de mitigá-lo.

A pesquisa sugere diversas aplicações potenciais, incluindo o treinamento global de policiais militares, a profissionalização de equipes de análise e a instrução de policiais militares em situações de alto risco para aprimorar suas habilidades e adesão a técnicas profissionais quando confrontados com eventos violentos. Além disso, podem ser implementados incentivos para incentivar os policiais militares a viverem em bairros mais seguros. A busca por legislação e políticas criminais que reforcem os agentes de segurança pública é impulsionada pela presença de altos índices de criminalidade.

A preservação de vidas sempre exigirá esforço, portanto o exame não se conclui com esta análise. Através da aquisição de novos conhecimentos, todos os militares estarão equipados para salvaguardar não só as suas próprias vidas, mas também as vidas dos seus camaradas. Este é o objetivo final.

No futuro, o foco será na melhoria dos registos de dados relacionados com a vitimização policial e na realização de análises abrangentes de cada fator influente. Esta abordagem permitirá a implementação de medidas mais avançadas para prevenir e minimizar riscos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Joara Raiza Fontes Barros; et al. **Mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 12, p. 102246-102260, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22211/17729>.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm

BRASIL. Projeto de Lei n.º 4346/2021. **Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2311266>

COLZANI, Leonardo Daniel. **Sobreviva Guardiã**: Técnicas para a autopreservação da vida. São Paulo: All Print Editora, 2016.

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O risco não cessa quando o turno termina**: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço. 112 f. Dissertação. Universidade Federal do Pará, Belém. 2019. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/207/201705%20-%20DUARTE.pdf

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial**: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/702/245>.

2702

FERREIRA, Rodrigo Varela; CABELHO, Victor Hugo; FILHO, Edson Benedito Rondon. **Vitimização policial**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública - ISSN 2595-2153, v.3, n.6, p. 9-52, 2020. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/75/86>.

FITZGIBBON, Gerald; et al. **Coronary artery disease and coronary bypass grafting in young men**: Experience with 138 subjects 39 years of age and younger. J Am Coll Cardiol. 1987. Disponível em <https://www.jacc.org/doi/10.1016/S0735-1097%2887%2980297-8>

FOUREAUX, Rodrigo. **O policial e o bombeiro militar devem atuar em ocorrências ainda que não estejam em serviço? A obrigatoriedade da atuação limita-se ao estado em que atua?** Atividade Policial. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yauv63ke>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 2003.

MARTINS, Juliana. **Quando a vítima é o policial?** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, p. 76-81. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais

militares do Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.